

ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.

# Termo de Referência 197/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
197/2026	121101-ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	LUCAS LEMOS TIMM	19/05/2026 12:51 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SC 70334

## 1. Definição do objeto

### 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1.AQUISIÇÃO DE FONES DE OUVIDO

SC: 70334

	Lote 01		
ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANTIDADE
1	<p><b>Fone de ouvido estéreo com fio</b></p> <p>Fone de ouvido tipo headphone, modelo over-ear/circumaural, com arco de cabeça ajustável e acolchoado.</p> <p><b>Cor: preta.</b></p> <p><b>Modelo de referência: Philips TAH2005BK/00.</b></p> <p>Produto original Philips, novo, sem uso, não recondicionado, não remanufaturado e em embalagem original do fabricante.</p> <p>Tipo de construção: fone de ouvido com arco de cabeça, com conchas auriculares fechadas, adequado para uso prolongado em ambientes técnicos, operacionais, administrativos, de edição, monitoração de áudio, informática e produção audiovisual.</p> <p>Tipo de encaixe: over-ear/circumaural, envolvendo a região das orelhas.</p>	item	23

Tipo de acústica: fechada, com isolamento passivo por construção física das conchas auriculares.

Tipo de conexão: com fio.

Não será aceito modelo exclusivamente Bluetooth, wireless, TWS, USB, intra-auricular ou auricular simples.

Driver dinâmico com diâmetro mínimo de 40 mm.

Resposta de frequência: 20 Hz a 20.000 Hz.

Impedância: 16 ohms.

Sensibilidade: 85 dB a 1 kHz.

Potência máxima de entrada: 50 mW.

Reprodução de áudio: estéreo, com canais esquerdo e direito funcionais.

Cabo com comprimento mínimo de 2 metros.

Conector principal: P2 estéreo de 3,5 mm.

Deverá acompanhar adaptador P10 estéreo de 6,3 mm.

Funcionamento plug and play, sem necessidade de bateria, carregamento, software, driver, pareamento, dongle proprietário ou aplicativo para funcionamento básico.

Arco de cabeça ajustável, permitindo adaptação a diferentes usuários.

Arco superior acolchoado para maior conforto em uso prolongado.

Almofadas auriculares macias, revestidas em material sintético, couro sintético, courino ou equivalente.

Estrutura leve, confortável e adequada ao uso contínuo.

Peso aproximado de referência: até 200 g.

Dimensões aproximadas de referência: 18,5 cm de altura, 16,5 cm de largura e 7,5 cm de profundidade.

Deverá ser compatível com computadores, notebooks, monitores com saída de áudio, interfaces de áudio, mesas de som, consoles de áudio, equipamentos de edição, equipamentos de monitoração e demais dispositivos com saída P2 estéreo de 3,5 mm ou P10 estéreo de 6,3 mm mediante uso do adaptador fornecido.

Referência auxiliar de mercado: Philips TAH2005BK/00, devendo o produto fornecido corresponder ao modelo de

referência indicado, com comprovação por embalagem, etiqueta, catálogo, ficha técnica, part number, nota fiscal e demais elementos de rastreabilidade.

#### Critérios de aceite

O fone deverá ser entregue novo, original, sem sinais de uso, avaria, violação, recondicionamento ou remanufatura.

O produto deverá possuir identificação clara do fabricante, marca, modelo e/ou código de referência.

O produto deverá ser entregue com cabo de no mínimo 2 metros, conector P2 de 3,5 mm e adaptador P10 de 6,3 mm.

Deverá ser realizado teste básico de funcionamento em equipamento com saída P2, verificando a reprodução correta dos canais esquerdo e direito.

Não serão aceitos fones com mau contato, ruídos intermitentes, falha em um dos lados, cabo danificado, conector frouxo, conchas quebradas, arco danificado ou almofadas deformadas.

Não serão aceitos modelos com cabo inferior a 2 metros.

Não serão aceitos modelos sem adaptador P10.

Não serão aceitos modelos sem fio, exclusivamente Bluetooth, TWS, USB, intra-auriculares, earbuds ou headset gamer como substituto, ainda que possuam função de áudio.

Não serão aceitos produtos similares sem comprovação de equivalência exata ao modelo de referência.

A contratada deverá comprovar a originalidade e procedência do produto por meio de nota fiscal, embalagem original, identificação do fabricante, etiqueta, modelo, código de referência e demais elementos de rastreabilidade.

O produto deverá ser entregue com garantia mínima do fornecedor/fabricante.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de entrega se dará após 10 (dias) dias contados do envio da autorização de fornecimento, emitido pelo Setor de Compras da contratante.

1.4 Durante o envio das propostas, o produto ofertado será analisado e validado quanto à conformidade com as especificações do edital. A verificação das funcionalidades será realizada pelo setor requisitante, que atestará sua adequação e plena aceitação.

1.5 A empresa deve fornecer os itens com as especificações técnicas atualizadas e com garantia.

1.6 Caso o produto não funcione, a empresa responsável deverá iniciar o procedimento de troca em tendo no máximo 10 dias corridos para resolução após informada.

1.7 A indicação de marca e/ou modelo de produto na descrição de cada item serve apenas como referência técnica para especificação das características mínimas exigidas. Serão admitidas propostas de equipamentos que apresentem características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas para o modelo referencia

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2 - FUNDAMENTAÇÃO TECNICA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A escolha de fones de ouvido de reposição justifica-se tecnicamente pela necessidade de restabelecer as condições adequadas de operação, monitoração de áudio e continuidade dos serviços prestados pela TV Cultura junto à TV Câmara Municipal, unidade com a qual existe contrato ativo de prestação de serviços. Os fones atualmente utilizados apresentam desgaste natural decorrente do uso contínuo, podendo apresentar falhas como mau contato, perda de qualidade sonora, danos em cabos, conectores, almofadas e demais componentes, o que compromete a escuta adequada e a confiabilidade das atividades operacionais.

A reposição por fones de ouvido novos, originais ou integralmente compatíveis com o modelo de referência especificado, é necessária para garantir padronização, qualidade de áudio, estabilidade de funcionamento e compatibilidade com os equipamentos utilizados nas rotinas técnicas e operacionais da TV Câmara Municipal. Considerando que a manutenção dos itens em pleno funcionamento integra a responsabilidade da TV Cultura no âmbito do contrato vigente, a substituição dos acessórios desgastados é medida necessária para preservar a continuidade da prestação dos serviços, evitar interrupções operacionais e assegurar condições adequadas de trabalho às equipes envolvidas.

A aquisição pretendida visa, portanto, recompor a disponibilidade dos fones de ouvido utilizados nas atividades de monitoração, produção, operação e acompanhamento de áudio, permitindo o funcionamento regular das rotinas técnicas vinculadas à prestação de serviço.

2.2. Ressalta-se que a presente contratação encontra-se prevista no controle orçamentário da área requisitante.

## **3. Descrição da solução**

Os fones de ouvido de reposição devem possuir especificações técnicas e construtivas compatíveis com as necessidades operacionais da TV Câmara Municipal, assegurando funcionamento contínuo, estável e adequado dos equipamentos utilizados nas atividades de monitoração, produção, operação e acompanhamento de áudio. A adoção de fones novos, originais ou integralmente compatíveis com o modelo de referência especificado é essencial para restabelecer as condições adequadas de escuta, comunicação operacional e qualidade sonora, evitando falhas decorrentes de desgaste físico, mau contato em cabos e conectores, perda de áudio em um dos lados, deterioração das almofadas ou redução da confiabilidade no uso diário.

As características técnicas dos fones, incluindo conexão com fio, cabo com comprimento adequado, conectores compatíveis, resposta sonora estável, conforto para uso prolongado e construção resistente, devem atender de forma equilibrada às rotinas operacionais e administrativas vinculadas à prestação de serviço mantida pela TV Cultura junto à TV Câmara Municipal. Considerando que a manutenção dos itens em pleno funcionamento é de responsabilidade da TV Cultura no âmbito do contrato ativo, a reposição dos fones desgastados contribui diretamente para a continuidade das atividades, redução de interrupções operacionais e preservação da qualidade dos serviços prestados.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A empresa ganhadora devesse fornecer o objeto descrito no ITEM 1, com as configurações e características descritas nesta TR.

4.2 A empresa deve fornecer durante as tratativas do portal foto dos itens comprovando no equipamento o modelo e o partnumber, deve ser entregue o equipamento atualizado e com garantia, garantindo a troca imediata em caso de problemas apresentados. A troca deve ocorrer com no máximo 30 dias após constatação do defeito.

4.3. A empresa contratada deve realizar a entrega do equipamento na sede da TV Cultura localizada no logradouro : Rua Cenno Sbrighi, 378 - Água Branca - CEP 05036-900 - São Paulo.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5 - IMPLANTAÇÃO DO OBJETO**

5.1. A empresa deverá entregar o objeto em pleno funcionamento com o aceite técnico do requisitante mediante a validação técnica de aptidão do equipamento e/ou vistoria prévia do equipamento após autorização de fornecimento realizado pelo setor de compras

5.2. A solicitação de entrega será feita pelo Setor de Compras, através da emissão do Pedido de Compra /Fornecimento, acompanhado ou não, por ofício devidamente assinado pela Diretoria da área requisitante. Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação da Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue.

5.3 Após aprovada pela corpo técnico responsável da área requisitante os equipamentos deverão ser entregues em remessa única em até 10 dias úteis no Rua: Cenno Sbrighi, 378 - Água Branca - São Paulo/SP. Em casos de eventuais problemas a entrega parcial poderá ser aceita conforme necessidade e alinhamento com o setor requerente

#### **GARANTIA**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6 - GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Não se aplica

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7 - RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato estipulado pela Contratante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (Cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pela equipe técnica da área requisitante, mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **- LIQUIDAÇÃO**

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) dados bancários para liquidação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADIN ESTADUAL SP ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, Deverá ser verificado o SICAF, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A área administrativa deverá realizar consulta ao CADIN ESTADUAL SP para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao CADIN ESTADUAL SP, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao CADIN ESTADUAL SP.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.17. Produtos recebidos entre os dias 1º e 15º de cada mês: vencimento dia 08 do mês subsequente. Produtos recebidos entre os dias 16º e 31º de cada mês: vencimento dia 23 do mês subsequente.

## **FORMA DE PAGAMENTO**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, com o número do banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

Valor (R\$): ,01

9.1 O custo estimado total da contratação

## **10. Adequação orçamentária**

### **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

Ressalta-se que a presente contratação encontra-se prevista apenas no controle orçamentário da área requisitante.



## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUCAS LEMOS TIMM**

Coordenador Técnico



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 12:51:59.*